

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

e meio; de outro, uma contribuição de fatores que não estavam sob controle da autoridade monetária, tais como a forte expansão da safra agrícola, que gerou uma deflação de alimentos (-4,9%) em 2017. Para 2018, o Banco Santander projeta aumento de 3,8% no IPCA, ainda inferior à meta. Dentre estes, vale salientar a deflação nos preços de alimentos, que respondeu pela maior parte das surpresas inflacionárias deste ano de fato, o declínio no fator de 5,5% do grupo alimentação em 2017, representa a maior queda desde a implementação do regime de metas de inflação implantado em 1998. Olhando para frente, o Banco acredita que o IPCA e suas principais medidas de núcleo permanecerão confortavelmente abaixo da meta de inflação em 2018 e 2019, como reflexo da (i) alta ociosidade da economia; (ii) fraca inércia; e (iii) grande credibilidade da autoridade monetária.

Na visão do Banco Santander, essa situação favorável da inflação abre caminho para que o Copom - Comitê de Política Monetária - reduza a taxa Selic para níveis abaixo de 7,0% a.a., ou seja, um cenário com as menores taxas de juros dos últimos 60 anos, mantendo tais patamares até o início de 2019. A proposta, o Copom procedeu conforme amplamente esperado na última decisão de política monetária de 2017 (realizada nos dias 05 e 06 de dezembro), cortando a taxa básica de juros em 50 pontos-base, de 7,50% a.a. para 7,00% a.a., e sinalizando, de acordo com a visão do Banco Santander, que um corte adicional de 25 pontos-base na próxima reunião (programada para os dias 06 e 07 de fevereiro de 2018) consiste no cenário mais provável. Dessa forma, o Banco segue projetando a taxa Selic em 6,75% a.a. em 2018. Os baixos níveis de juros devem promover uma expansão acelerada da demanda doméstica no próximo ano, impulsionada tanto pelo aumento do consumo das famílias (em maior magnitude) quanto pela retomada dos investimentos. Enquanto isso, a curva de juros provavelmente seguirá inclinada, tendo em vista não apenas a natureza cíclica da política econômica, mas também as incertezas quanto às taxas de juros internacionais e eleições locais de 2018 (e seus efeitos sobre as reformas e a solvência fiscal). Nesse sentido, o Banco acredita que, assim como a parte longa da curva de juros, a taxa de câmbio também deverá refletir a mudança de percepção sobre os cenários internacional e político; mas, volatilidade à parte, o Banco projeta somente uma leve depreciação do câmbio nos próximos trimestres (a previsão do Banco Santander é de R\$/US\$3,50 no final de 2018).

Outra notícia importante é que a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro aparentemente frustrou definitivamente a nova tentativa do governo brasileiro de aprovar a reforma da previdência. O governo já havia concordado em flexibilizar algumas condições presentes na proposta original, assim como deixar alguns aspectos para discussões posteriores; contudo, a dificuldade para conseguir os votos, e a impossibilidade de emendar a constituição em períodos de intervenção federal, tiraram a reforma da pauta. Apesar da postergação, avaliamos como fundamental a volta da reforma da previdência na pauta política em 2019, uma vez que na ausência da reforma, o déficit da previdência tenderia a consumir um percentual

cada vez maior do orçamento, extraindo recursos de setores importantes como saúde, educação e infraestrutura. Em paralelo, o governo propôs um pacote de reformas microeconômicas, a saber: alteração de regra do cadastro positivo; autonomia do Banco Central; reforma do PIS/Cofins; duplicata eletrônica; entre outras.

As eleições presidenciais a serem realizadas este ano serão importantes para a discussão sobre a continuidade (ou não) de uma agenda econômica com foco em ajuste das contas fiscais e aprovação de reformas estruturais e, portanto, sobre a construção de um ambiente macroeconômico com crescimento sustentável a longo prazo.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Evidence, atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, um lucro líquido no valor de R\$41.457 (2016 - R\$31.719), patrimônio líquido de R\$282.798 (31/12/2016 - R\$250.670) e provisões técnicas de previdência complementar de R\$1.587.600 (31/12/2016 - R\$1.637.756).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 1%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Evidence.

Perspectivas

A Evidence manterá o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é a manutenção dos negócios através da qualidade nos serviços que contribuem de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de Previdência Complementar.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Evidence.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2017		31/12/2016	
		01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016
Contribuições para Cobertura de Riscos		2.118	2.245	2.118	2.245
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		4	(9)	4	(9)
Prêmios Ganhos		2.122	2.236	2.122	2.236
Smistros Ocorridos		(3.216)	(3.217)	(3.216)	(3.217)
Rendas de Contribuições e Prêmios		24.763	28.346	24.763	28.346
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(14.560)	(17.575)	(14.560)	(17.575)
Resultados de Contribuições e Prêmios de VGBL		10.203	10.771	10.203	10.771
Variação de Outras Provisões Técnicas		(45.053)	(27.939)	(45.053)	(27.939)
Despesas com Benefícios		-	(51)	-	(51)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(69)	(2.378)	(69)	(2.378)
Despesas Administrativas		9	(2.946)	9	(3.087)
Despesas com Tributos		10	(4.518)	10	(4.200)
Resultado Financeiro		11	113.560	11	105.078
Resultado Operacional		69.581	69.393	69.581	69.393
Resultado antes dos impostos		69.581	69.393	69.581	69.393
Imposto de Renda		12.f	(17.401)	12.f	(17.924)
Contribuição Social		12.f	(10.723)	12.f	(19.570)
Lucro Líquido		41.457	31.719	41.457	31.719
Nº de Ações (Mil)		8.a	12.591.172	8.a	12.591.172
Lucro Líquido por Ação - R\$ (Mil)			0,0033		0,0025

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2017		31/12/2016	
		01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016
Lucro Líquido		41.457	31.719	41.457	31.719
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas		517	1.312	517	1.312
Varição do Valor Justo de Ativos Financeiros		-	-	-	-
Disponíveis para Venda	5.c	862	2.410	862	2.410
Efeitos Tributários sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.e	(345)	(1.098)	(345)	(1.098)
Resultado Abrangente		41.974	33.031	41.974	33.031

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2017		31/12/2016	
		01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016
Atividades Operacionais		41.457	31.719	41.457	31.719
Lucro Líquido		41.457	31.719	41.457	31.719
Ajustes para:		27.966	46.617	27.966	46.617
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.e	27.966	46.617	27.966	46.617
Variação nas Contas Patrimoniais:		(68.630)	(78.599)	(68.630)	(78.599)
Aplicações		(18.709)	(166.173)	(18.709)	(166.173)
Créditos das Operações com Previdência Complementar		162	(161)	162	(161)
Títulos e Créditos a Receber		174	(4.447)	174	(4.447)
Despesas Antecipadas		(72)	-	(72)	-
Contas a Pagar		(1.054)	(28.375)	(1.054)	(28.375)
Débitos das Operações com Previdência Complementar		(3)	(37)	(3)	(37)
Depósitos de Terceiros		(52)	(2.055)	(52)	(2.055)
Provisões Técnicas - Previdência Complementar		(50.156)	123.964	(50.156)	123.964
Outros Débitos		1.080	-	1.080	-
Impostos Pagos		-	(1.675)	-	(1.675)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais		793	(623)	793	(623)
Aumento (Redução) Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa		793	(623)	793	(623)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		4	538	4	538
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		4	1.161	4	1.161

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo não reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados por *impairment* (recuperação) em cada data de balanço.
- Investimentos mantidos até o vencimento: os títulos e valores mobiliários, para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, são refletidos no resultado.

Os passivos financeiros da Evidence são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:

Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e provisões técnicas - previdência complementar.

iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados no fim de cada exercício, da seguinte forma:

- Ativos financeiros não mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.
- O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência para fazer a mensuração, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

o valor de mercado, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies e de riscos associados a ele.

Os "empréstimos e recebíveis" e "investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluindo na demonstração do resultado da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, fazem parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Evidence ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

iv. Técnicas de Avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Evidence para apurar seu valor justo:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Cotações Publicadas Preço em Mercados Ativos (Nível 1)	Total	Cotações Publicadas Preço em Mercados Ativos (Nível 1)	Total
Títulos para Negociação	1.612.000	1.612.000	1.605.566	1.605.566
Notas do Tesouro Nacional - LFT	18.947	18.947	29.740	29.740
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	359.487	359.487	391.094	391.094
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	1.215.517	1.215.517	1.171.880	1.171.880
Notas de Fundos de Investimentos	18.049	18.049	12.852	12.852
Títulos Disponíveis para Venda	248.013	248.412	235.275	235.275
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	237.083	237.083	224.681	224.681
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	11.329	11.329	10.594	10.594
Total	1.860.412	1.860.412	1.840.841	1.840.841

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos de dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Evidence não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 2 e Nível 3.

Não houve reclassificações entre níveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativos Financeiros não Recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

Ocasione um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida.

Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2017		31/12/2016	
		01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016
Ativo Circulante		1.652.086	1.645.119	1.152.885	1.230.813
Disponível	4	1.331	538	11.663	2.871
Caixa e Bancos		1.331	538	9.884	-
Aplicações	5	1.612.512	1.606.074	816	924
Títulos de Renda Fixa		1.594.463	1.593.222	373	79
Cotas de Fundos de Investimentos		18.049	12.852	590	1.868
Créditos das Operações com Previdência Complementar		-	162	2	5
Contribuições a Restituir		-	162	2	5
Títulos e Créditos a Receber		38.171	38.345	3	55
Títulos e Créditos a Receber		8	-	3	55
Créditos Tributários e Previdenciários	6	38.163	38.345	3	55
Despesas Antecipadas		72	-	1.141.217	1.227.882
Ativo não Circulante		258.362	249.537	1.141.217	1.227.882
Realizável a Longo Prazo		258.362	249.537	1.137.519	1.226.569
Aplicações	5	247.900	234.767	92	98
Títulos de Renda Fixa		247.900	234.767	292	219
Títulos e Créditos a Receber		10.462	14.770	305	322
Créditos Tributários e Previdenciários	6	10.462	14.770	3.009	674
Passivo não Circulante		474.765	413.173	27.302	3.299
Contas a Pagar		27.302	3.299	443	26
Tributos Diferidos	12.d	443	26	443	26
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	7	446.383	409.874	446.383	409.874
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder		446.383	409.874	446.383	409.874
Provisão de Excedente Financeiro		313.556	321.619	1.709	2.192
Outras Provisões		131.118	86.063	1.709	2.192
Outros Débitos		1.080	-	1.080	-
Débitos diversos		1.080	-	1,080	-
Patrimônio Líquido	8	282.798	250.670	250.000	250.000
Capital Social		250.000	25		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

f) Contribuições de Previdência
As contribuições de previdência complementar são apropriadas ao resultado, independentemente de estarem vigentes. As contribuições para planos de previdência complementar são reconhecidas quando de seu efetivo recebimento. As contribuições de riscos são apropriadas pela vigência do risco, "pro rata" dia.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme definido na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. As respectivas despesas das reduções ao valor recuperável de ativos são reconhecidas na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais".

h) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência
As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP 321/2015 e Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores.

Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)
A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios líquidos de resseguro cedido, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia. Conforme a Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da PPNG é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco.

Provisão de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)
A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas. A Evidence estima esta provisão com base no comportamento histórico das emissões em atraso, conforme Nota Técnica Atualizada (NTA).

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBAC e PMBC)
As PMBAC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)
A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Evidence, relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros ocorridos até a data-base de cálculo, incluindo as operações de resseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de resseguro cedido. O fato gerador da baixa da provisão decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização, pecúlio ou renda vencida, ou conforme os demais casos previstos em lei.

Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)
O IBNR deve ser constituído para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. Para fins de descrição da metodologia, adotamos o termo "sinistro" para definir todos os sinistros e benefícios dos planos de previdência. A Evidence não dispõe de base de dados suficiente para a elaboração de metodologia própria, desta forma, é utilizado os procedimentos técnicos definidos na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores.

Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)
A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repatriação simples e repatriação de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, aloáveis e não aloáveis, relacionadas à liquidação de sinistros e benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

Provisão de Excedente Financeiro (PEF)
A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)
Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC)
A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

l) Tábuas, Taxa de Juros e Carregamento
Não há produtos de acumulação sendo comercializados atualmente pela Evidence, sendo administrados apenas os planos dos tipos tradicional.

j) Resseguros
Os prêmios de resseguros pagos são reconhecidos no período onde inicia o contrato de resseguro e inclui estimativas onde o valor não pode ser determinado no final do período de divulgação.

k) Teste de Adequação do Passivo (TAP)
Um ativo de resseguro é reconhecido quando o montante estimado que será recuperado do contrato de resseguro relacionado aos sinistros ocorridos. O montante recuperado do ressegurador é inicialmente mensurado com as mesmas bases da provisão do sinistro. O montante a ser recuperado é reduzido quando tem uma clara evidência que o valor reconhecido inicialmente não será recuperado.

A Evidence Previdência não tem por característica assumir grandes riscos, havendo uma grande pulverização de riscos e concentração em baixos valores de importância segura.

Sendo assim, adota em sua política de riscos de subscrição, o repasse do risco ao Ressegurador visando a proteção da carteira nos capitais mais elevados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, conforme determinado pela Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, a adequação das provisões técnicas constituídas foram avaliadas através do TAP.

O TAP é realizado bruto de resseguro e verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados em vigor na data base desta demonstração. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal para a carteira de Previdência.

Para a realização do TAP, a Evidence agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas a tábua de Sobrevivência BR-EMS como experiência de sobrevivência e premissas realistas de morbidade, resgate e conversão em renda que melhor refletissem a experiência atual observada para a carteira.

Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definida pela SUSEP o desconto baseou-se na alternativa metodológica de estimação da estrutura a termo da taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2017, o TAP indicou a necessidade de constituição adicional de provisões técnicas de R\$130.307 (31/12/2016 - R\$85.395) para os planos do tipo FGB.

Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (0,65%) e o COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As empresas de previdência podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as empresas de previdência, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 12.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações
a) Composição por Classificação

	31/12/2017			
	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado	Valor Contábil Total
Títulos para Negociação		61.923	1.923	63.846
Títulos Públicos		61.923	1.923	63.846
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	100% SELIC	1.923	-	1.923
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	IPCA + 4,55% a.a.	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	6,70% a.a.	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	IGPM + 6,06% a.a.	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	9,00% a.a.	-	-	-
Títulos Privados		18.049	-	18.049
Cotas de Fundos de Investimentos		-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda		247.507	-	247.507
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	100% SELIC	237.139	(56)	237.083
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	12,70% a.a. PRE	10.368	961	11.329
Total		1.797.584	61.923	1.859.507
Circulante		1.612.512	-	1.612.512
Não Circulante		247.900	-	247.900

b) Composição por Prazo de Vencimento

	31/12/2017			
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos
Títulos para Negociação	18.049	46.618	27.091	1.520.242
Títulos Públicos	18.049	46.618	27.091	1.520.242
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	390
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	7.065	8.534	343.888
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	39.553	-	1.175.964
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	1.215.517
Títulos Privados	18.049	-	-	18.049
Cotas de Fundos de Investimentos	-	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda	-	512	199.582	48.318
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	390
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	512	199.582	48.318
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	10.817
Total	18.049	47.130	226.673	1.568.560

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima) e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos Administradores dos fundos diariamente.

c) Movimentação das Aplicações

	31/12/2016		31/12/2017	
	Saldo em	Resultado Financeiro	Saldo em	Resultado Financeiro
Títulos para Negociação	1.605.566	540.525	1.055.884	68.926
Títulos Públicos	1.592.714	443.244	1.045.770	68.926
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	29.740	103.288	4.347	17
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	391.094	214.076	(288.515)	(713)
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	1.171.880	-	(82.663)	56.678
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	125.880	(125.880)	-
Títulos Privados	12.852	97.181	1.314	-
Cotas de Fundos de Investimentos	-	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda	235.275	-	233.886	862
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	224.681	-	(10.086)	22.962
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	10.594	-	(1.025)	1.190
Total	1.840.841	540.425	1.292.270	69.788

	31/12/2015		31/12/2016		31/12/2017	
	Saldo em	Resultado Financeiro	Saldo em	Resultado Financeiro	Saldo em	Resultado Financeiro
Títulos para Negociação	1.430.156	249.725	1.854.339	183.969	1.011.712	1.605.566
Títulos Públicos	1.420.330	201.992	1.835.289	183.969	1.011.712	1.592.714
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	74.997	97.288	(150.976)	8.454	(23)	29.740
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	295.656	64.704	(44.036)	44.467	30.723	391.094
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	1.049.677	-	(80.277)	131.468	71.012	1.171.880
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	40.000	(40.000)	-	-	-
Títulos Privados	9.826	47.733	(46.177)	1.470	-	12.852
Cotas de Fundos de Investimentos	9.826	47.733	(46.177)	1.470	-	12.852
Títulos Disponíveis para Venda	242.102	-	(39.888)	30.651	2.410	235.275
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	224.373	-	(27.821)	28.494	(365)	224.681
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	17.729	-	(12.067)	2.157	2.775	10.594
Total	1.672.258	249.725	(401.354)	216.900	104.122	1.840.841

d) Garantia das Provisões Técnicas
As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	31/12/2017	31/12/2016
Títulos de Renda Fixa	1.842.363	1.827.989
Total de Cobertura	1.842.363	1.827.989
Provisões Técnicas (Nota 7)	1.587.600	1.637.756
Total de Excedente	254.763	190.233

e) Instrumentos Financeiros Derivativos
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Evidence não possui saldo com instrumentos financeiros derivativos.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos Tributários (Nota 12.a)	10.462	14.770
Imposto de Renda a Compensar	21.880	23.791
Contribuição Social a Compensar	16.283	14.554
Total	48.625	53.115
Circulante	38.163	38.345
Não Circulante	10.462	14.770

7. Provisões Técnicas - Previdência Complementar

	31/12/2016		Reversão/ Baixa	Excedente Financeiro (Nota 11)	Encargos Financeiros (Nota 11)	Saldo em 31/12/2017
	Saldo em	Constituição				
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	1.226.569	65.708	(209.508)	3.378	51.372	1.137.519
Provisão de Prêmios não Ganhos	98	3.350	(3.356)	-	-	92
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	321.619	1.131.505	(1.171.381)	-	31.813	313.556
Provisão de Sinistros a Liquidar	219	50.218	(50.145)	-	-	292
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	322	3.747	(3.764)	-	-	305
Provisão de Excedente Financeiro	2.192	40.791	(41.274)	-	-	1.709
Provisão Complementar de Cobertura	85.395	2.354.579	(2.309.667)	-	-	130.307
Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar	674	160.843	(158.539)	-	31	3.009
Provisão de Despesas Relacionadas	668	9.053	(8.910)	-	-	811
Total	1.637.756	3.819.794	(3.956.544)	3.378	83.216	1.587.600
Circulante	1.227.882	-	-	-	-	1.141.217
Não Circulante	409.874	-	-	-	-	446.383

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

Provisão de Sinistros a Liquidar

Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados

Provisão de Excedente Financeiro

Provisão Complementar de Cobertura

Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar

Provisão de Despesas Relacionadas

Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados

Provisão de Excedente Financeiro

Provisão Complementar de Cobertura

Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar

Provisão de Despesas Relacionadas

Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados

Provisão de Excedente Financeiro

Provisão Complementar de Cobertura

Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar

Provisão de Despesas Relacionadas

Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados

Provisão de Excedente Financeiro

Provisão Complementar de Cobertura

Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar

Provisão de Despesas Relacionadas

Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados

Provisão de Excedente Financeiro

Provisão Complementar de Cobertura

12. Ativos e Passivos Fiscais
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2016	Realização	Saldo em 31/12/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	6.173	(4.024)	2.149
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda			

Santander

O modelo permite um contínuo aprimoramento na gestão e controle dos riscos operacionais, na prevenção e redução das perdas e eventos de riscos, na identificação de planos de ação e na manutenção da continuidade dos negócios, convergindo ao fortalecimento do ambiente de controles internos.

Gestão do Risco de Subscrição

A gestão de riscos de subscrição é realizada pela área Técnica, em conjunto com as áreas Atuariais, Operações, Compliance, Contabilidade, Produtos e Jurídica.

Anualmente a Evidence realiza, além do TAP (Nota 3.k), criteriosas avaliações atuariais de toda a sua carteira vigente para verificar a solvência ou necessidade de reservas complementares.

Gestão de Risco Atuarial

Gestão dos Riscos na definição de cenários, utilização de hipóteses, premissas e métodos que estejam ou não adequados e aderentes à realidade do plano de benefícios e à massa de participantes. A Evidence adota os limites mínimos permitidos pela SUSEP nas premissas adotadas, as quais são aprovadas pelo órgão regulador em notas técnicas atuariais.

Gestão do Risco de Reputação

Risco Reputacional é o risco de dano ao modo como a Evidence é vista pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada e que podem ocasionar importantes perdas financeiras para a instituição.

A gestão e controle dos riscos no Conglomerado Santander se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes:

- Gestão de riscos desde a sua geração;
- Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
- Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa contam com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.

Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Gestão do Risco de Compliance

Risco de Compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas do mercado em que atua. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis.

Gestão do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da Evidence não possuir recursos financeiros suficientes para honrar com seus compromissos financeiros ou a incidência de custos excessivos na liquidação antecipada de ativos para quitar as obrigações.

Esse risco pode ser traduzido em não honrar os resgates, pagamentos de benefícios ou despesas da empresa. Essa situação pode ocorrer em virtude da indisponibilidade de recursos para pagamento das obrigações ou por condições de mercado que reduzam a negociabilidade dos ativos que compõem a carteira.

Gerenciamento de Risco de Liquidez

A Evidence mantém ativos financeiros com liquidez imediata para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto adversas. Desta forma, a gestão de ativos e passivos (ALM), analisa conjuntamente seus fluxos de caixa, avalia e gerencia a necessidade de caixa, considerando suas respectivas características.

Periodicamente é realizado o estudo de ALM, quando é efetuada simulações com base no histórico de contribuições e resgates da carteira e analise prospectiva, o objetivo é verificar qual seria o nível ideal de ativos com liquidez imediata em situações adversas. Os valores futuros de contribuições e resgates são projetados a partir desses níveis iniciais adversos e conforme as demais premissas definidas pelo modelo.

Para esse cenário adverso, é verificado qual seria o nível suficiente para que não haja problemas de liquidez durante toda a trajetória de projeção, tendo como de intervalo de confiança 95%. O volume de ativos com liquidez imediata é aprovado no Comitê de Investimento e estão de acordo com os critérios estabelecidos na política de investimento.

Evidence Previdência S.A.

Gestão do Balanço (Ativos e Passivos)

O processo de gestão de ativos e passivos (ALM) analisa os fluxos de caixa e seus respectivos riscos, portanto as decisões sobre seus ativos são tomadas de forma coordenada com seus passivos. Este é um processo contínuo de formulação, monitoramento e revisão das estratégias que são aprovadas nos Comitês de Investimento, respeitando os órgãos reguladores e os limites definidos.

Análise de Sensibilidade das Provisões Técnicas de Previdência

O quadro abaixo demonstra a análise de sensibilidade nas premissas que impactam diretamente os valores das provisões técnicas, sendo cada premissa analisada isoladamente:

		Impacto no Resultado em Passivo em 31/12/2017	Impacto no Resultado em 01/01 a 31/12/2017	Variação (-)	Impacto do Passivo em 31/12/2017	Impacto no Resultado em 01/01 a 31/12/2017
Premissas	Variação (+)					
Índice de Conversibilidade						
	+10%	2.288	(1.258)	-10%	(2.316)	1.274
	+10%	(38.454)	21.150	-10%	91.251	(50.188)
Taxa de Juros Mortalidade e sobrevivência	+10%	(13.276)	7.302	-10%	14.591	(8.025)
Inflação	+10%	8.078	(4.443)	-10%	(8.078)	4.443

		Impacto no Resultado em Passivo em 31/12/2016	Impacto no Resultado em 01/01 a 31/12/2016	Variação (-)	Impacto do Passivo em 31/12/2016	Impacto no Resultado em 01/01 a 31/12/2016
Premissas	Variação (+)					
Índice de Conversibilidade						
	+10%	46	(25)	-10%	(46)	25
	+10%	(17.402)	9.571	-10%	44.846	(24.665)
Taxa de Juros Mortalidade e sobrevivência	+10%	(11.342)	6.238	-10%	12.468	(6.857)
Inflação	+10%	13.712	(7.542)	-10%	(13.712)	7.542

A análise de sensibilidade realizada buscou avaliar os efeitos que mudanças nas principais premissas de cálculo do passivo poderiam ter impactado no resultado do período.

As premissas foram testadas isoladamente, ou seja, em cada cenário modificou-se uma premissa enquanto as demais permaneceram inalteradas.

As premissas testadas nesta análise foram:

- índice de conversibilidade: possibilidade de um participante chegar ao final do prazo de diferimento de seu plano de previdência e optar com converter sua reserva matemática em renda vitalícia.

- taxa de juros: em virtude de os planos garantirem uma taxa de juros no período de recebimento de benefício, e no caso dos planos FGB também durante o prazo de diferimento, esta é uma importante premissa a ser avaliada nesta análise.

- mortalidade e sobrevivência: o aumento da expectativa de vida observado nos últimos anos apresenta um fator de risco significativo para os planos de previdência, visto que quanto menor a mortalidade, maior será a sobrevivência, consequentemente maior será o risco associado ao pagamento de rendas vitalícias.

- inflação: como os planos de previdência garantem, além dos juros, inflação através do indexador previsto em cada plano, foram apurados os efeitos de mudanças da inflação observada no último ano.

O excedente financeiro é impactado pelas premissas de taxa de juros e Inflação.

Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de incorrer em perdas monetárias provenientes da oscilação dos valores de mercado dos ativos detidos por uma Instituição resultante de variações nas taxas de juros e preços negociados.

A política de gestão de risco da Evidence visa alocar recursos em ativos financeiros que permitam proteger os resultados da empresa sempre observando as exigências de liquidez. A estrutura de limites é definida pela área de controle de riscos e aprovada em comitê observando a governança estabelecida.

A mensuração do risco de mercado é realizada com base nas sensibilidades NIM e MVE definidas a seguir:

- NIM (*Net Interest Margin*): avalia o impacto na margem financeira da Companhia, no horizonte de um ano, para uma variação paralela de 1% na curva de juros. A margem financeira é definida pela diferença entre a remuneração dos ativos e a remuneração dos passivos.

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE

Antonio Melchιάdes Baldisera

DIRETORES EXECUTIVOS

Marcio Giovannini

Nilton Sergio Silveira Carvalho

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Antonio Melchιάdes Baldisera

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores

Evidence Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Evidence Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Evidence Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evidence Previdência S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

- MVE (*Market Value of Equity*): avalia a variação absoluta do valor de mercado dos fluxos de caixa de uma título ou de uma carteira para uma variação paralela de 1% na curva de juros.

A política de investimentos da Evidence tem como objetivo manter estáveis os resultados ao longo do tempo e proteger o valor de mercado da Companhia mantendo as sensibilidades NIM e MVE próximas de zero.

O quadro resumo abaixo sintetiza os valores de sensibilidade ao valor patrimonial das operações estruturais da Evidence para cada um dos cenários abaixo da carteira do dia 31 de dezembro de 2017:

Carteira Banking Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Inflação	(2.676)	(23.430)	(39.904)
Total ⁽¹⁾	(2.676)	(23.430)	(39.904)

⁽¹⁾Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas, de acordo com a norma Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente nossas posições:

Cenário 1: Choque de +10bps e -10bps em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;

Cenário 2: Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e

Cenário 3: Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Gestão de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são realizadas e baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Evidence como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

No que se refere às questões regulatórias, a Evidence adota os critérios de cálculo determinados para prover informações relevantes sobre a adequação de seu capital, considerando os seguintes conceitos:

- Patrimônio Líquido Ajustado: tem o objetivo de apurar de forma mais qualitativa e estrita os recursos próprios da Evidence possibilitando a execução de suas atividades diante de oscilações e situações adversas dos negócios. Calculado com base no patrimônio líquido contábil da Evidence que é ajustado conforme determinado na Resolução CNSP nº 321 de 2015 e alterações posteriores.

- Capital Mínimo Requerido (CMR): é o capital total que a Evidence deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme o Art. 65, III da Resolução CNSP 321 de 2015 e alterações posteriores.

O demonstrativo analítico com os cálculos de adequação do capital da Evidence estão demonstrados na Nota 8.

15. Outras Informações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

A Companhia adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na instituição líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018



pwc

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP00160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contador CRC 1SP192785/O-4